

# Sumário

<b>Capítulo 1 ▶ TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>25</b>
1. O que são direitos humanos. Direitos humanos e direitos fundamentais.....	25
2. Centralidade dos direitos humanos. Por que direitos humanos são tão importantes? .....	27
3. Fundamentos dos direitos humanos .....	27
4. Institucionalização dos direitos humanos .....	28
5. Quais são os direitos humanos. Tipos de direitos .....	29
6. Direitos e garantias. Tipos de garantias.....	30
7. Características dos direitos humanos .....	31
7.1. Historicidade. A expansão dos direitos humanos. A proibição de retrocesso.....	32
7.2. Universalidade. A universalidade e o relativismo cultural. Multiculturalismo, interculturalismo e universalismo de chegada. A hermenêutica diatópica .....	34
7.3. Relatividade. A relativização de direitos e os direitos absolutos .....	39
7.4. Irrenunciabilidade. A não faculdade de dispor sobre a proteção da dignidade humana .....	40
7.5. Inalienabilidade.....	41
7.6. Imprescritibilidade .....	42
7.7. Unidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.....	43
8. Evolução histórica dos direitos humanos. As gerações (ou dimensões) de direitos humanos.....	44
8.1. As primeiras declarações de Direitos Humanos.....	44
8.1.1. As declarações inglesas.....	44
8.1.2. As declarações americanas.....	46
8.1.3. A declaração francesa .....	47
8.2. As gerações de direitos humanos.....	48
8.2.1. A 1ª geração de direitos humanos .....	49
8.2.2. A 2ª geração de direitos humanos .....	51
8.2.3. A 3ª geração de direitos humanos.....	53
8.2.4. Quadro comparativo entre as 3 grandes gerações de direitos humanos ...	54
8.2.5. Outras gerações de direitos humanos .....	55
8.2.6. Gerações ou dimensões de direitos humanos?.....	55
9. Eficácia vertical, horizontal, diagonal e vertical com repercussão lateral dos direitos humanos.....	57
10. Limitação de direitos humanos .....	60
10.1. Primeiras observações .....	60

10.2. Limitação pelo Legislativo, pelo Executivo e pelo Judiciário.....	61
10.3. Teoria dos limites da limitação .....	62
10.4. Proporcionalidade como limite à limitação de direitos.....	62
11. Globalização e direitos humanos .....	64
<b>Capítulo 2 ▶ A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>67</b>
1. Inovações da CF 88 .....	67
1.1. Dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado .....	67
1.2. Proteção da pessoa humana como objetivo fundamental do Estado.....	68
1.3. Prevalência dos direitos humanos como princípio regente das relações internacionais .....	70
1.4. Positivização dos direitos e garantias fundamentais logo no início do texto constitucional .....	71
1.5. Consagração da aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	71
1.6. Abertura do catálogo de direitos e garantias fundamentais e reconhecimento dos tratados internacionais de direitos humanos .....	72
1.7. Afirmação dos direitos sociais como verdadeiros direitos fundamentais .....	73
1.8. Qualificação dos direitos das pessoas como cláusula pétrea .....	73
1.9. Formação de um tribunal internacional dos direitos humanos.....	74
1.10. Quadro sinóptico das inovações da Constituição de 1988.....	75
1.11. Inovações da Emenda Constitucional 45/2004 .....	76
1.11.1. Alteração do status formal dos tratados de direitos humanos .....	76
1.11.2. Possibilidade de submissão ao Tribunal Penal Internacional .....	76
1.11.3. Federalização dos casos de graves violações de direitos humanos, ou incidente de deslocamento de competência para os órgãos federais .....	77
2. Aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	90
3. Petrificação dos direitos.....	91
4. A declaração de direitos .....	92
5. A titularidade dos direitos e garantias .....	95
6. A Constituição e os tratados internacionais sobre direitos humanos.....	96
6.1. A partir de que momento os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados à ordem jurídica interna do Brasil, podendo ser aplicados internamente? .....	97
6.1.1. Assinatura do Tratado e Aprovação legislativa. Unicidade e duplicidade de vontade.....	100
6.1.2. Ratificação e depósito do tratado .....	101
6.1.3. (Des) Necessidade de promulgação do tratado na ordem interna. Monismo x Dualismo .....	102
6.1.4. E o Brasil, como fica? Monismo ou dualismo? .....	103
6.1.5. A aplicação dos tratados de direitos humanos na ordem interna não dependeria da promulgação na ordem interna? .....	104

6.2.	Os tratados são incorporados à ordem jurídica brasileira com que status normativo, com que natureza jurídica?.....	106
6.2.1.	As diferentes teses, a Emenda Constitucional 45/2004 e a posição do STF. Teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos.....	106
6.2.2.	A natureza supralegal é somente para os tratados sobre direitos humanos aprovados após a EC 45/2004 ou também para os aprovados antes dela?.....	110
6.2.3.	Com a Emenda 45/2004 todos os tratados sobre direitos humanos passaram a ter status formalmente constitucional?.....	111
6.2.4.	A divergência doutrinária.....	118
6.2.5.	A prisão civil do depositário infiel.....	119
6.2.6.	Controle de convencionalidade. O duplo controle de validade .....	124
<b>Capítulo 3</b>	<b>► DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>129</b>
1.	O que é o direito internacional dos direitos humanos.....	129
2.	Precedentes. O pós 1ª Guerra.....	130
2.1.	Direito Humanitário. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho .....	130
2.1.1.	Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho .....	130
2.1.2.	O Comitê Internacional da Cruz Vermelha .....	131
2.1.3.	As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha .....	133
2.1.4.	A Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho ....	133
2.2.	Liga das Nações.....	134
2.3.	Organização Internacional do Trabalho .....	134
3.	O pós 2ª Guerra. O surgimento da ONU e a criação do Tribunal de Nuremberg.....	135
3.1.	O contexto da 2ª Guerra .....	135
3.2.	O Tribunal de Nuremberg.....	136
3.2.1.	Tribunal de exceção e juízo natural.....	137
3.2.2.	Julgamento apenas dos alemães. E os crimes praticados por aliados?.....	137
3.2.3.	Legalidade e retroatividade penal .....	137
3.2.4.	Penas de prisão perpétua e de morte por enforcamento .....	138
3.2.5.	Justificativas para relativizar as garantias violadas.....	138
4.	Sistemas jurídicos internacionais protetivos de direitos humanos. Sistema global e sistemas regionais.....	139
4.1.	Considerações preliminares .....	139
4.2.	A Multiplicidade de sistemas e relacionamento entre os sistemas .....	140
4.3.	Conflito entre sistemas. Aplicação da norma mais benéfica à pessoa humana .....	142
4.3.1.	A audiência de custódia.....	144
5.	Mecanismos convencionais e não convencionais .....	146
6.	Convenções gerais e convenções especiais (sistema geral e sistema especial).....	148
7.	Responsabilidade internacional dos estados em matéria de direitos humanos .....	149
8.	Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais .....	150
8.1.	Considerações iniciais.....	150

8.2.	Órgãos fiscalizatórios .....	151
8.2.1.	Órgãos executivos.....	151
8.2.2.	Órgãos jurisdicionais .....	152
8.2.3.	Regra do esgotamento dos recursos internos. Caráter subsidiário da atuação dos órgãos internacionais. Dever primário dos órgãos internos de atuar em matéria de direitos humanos .....	153
8.2.4.	Teoria da margem de apreciação nacional .....	155
8.2.5.	Teoria da quarta instância .....	157
8.3.	Mecanismos de fiscalização .....	159
8.3.1.	Relatórios.....	159
8.3.2.	Denúncias (ou comunicações) interestatais .....	159
8.3.3.	Denúncias (ou petições) individuais .....	160
8.3.4.	Investigações <i>motu proprio</i> (de iniciativa própria) .....	161
8.4.	Capacidade internacional dos indivíduos. O <i>jus standi</i> .....	162
9.	O dever de adotar medidas internas e a natureza supraconstitucional do Direito Internacional dos Direitos Humanos .....	164
<b>Capítulo 4 ► SISTEMA GLOBAL (OU UNIVERSAL) DE DIREITOS HUMANOS .....</b>		<b>167</b>
1.	A ONU. A Carta da ONU de 1945 .....	167
2.	A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 .....	168
2.1.	Considerações preliminares .....	168
2.2.	Conteúdo da Declaração. Tipos de direitos abrangidos .....	172
2.3.	Natureza da Declaração: Tratado ou Resolução? .....	173
2.4.	Afinal, a Declaração possui força jurídica? .....	174
2.5.	Direitos abrangidos na Declaração .....	176
2.6.	Proibição de interpretação contrária aos direitos humanos .....	180
3.	A juridicização da declaração. Os dois pactos de 1966 .....	180
4.	Declaração Internacional de Direitos ( <i>International Bill of Rights</i> ). O sistema geral da ONU.....	182
5.	Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos.....	183
5.1.	Direitos reconhecidos .....	184
5.1.1.	Direito à vida e pena de morte .....	186
5.1.2.	Trabalho forçado .....	187
5.2.	Aplicação Imediata .....	188
5.3.	Suspensão das obrigações decorrentes do Pacto .....	188
5.4.	Monitoramento.....	189
6.	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais .....	191
6.1.	Direitos reconhecidos .....	192
6.2.	Aplicação progressiva. Natureza programática do Pacto? .....	193
6.3.	Monitoramento.....	195
6.4.	Protocolo Facultativo .....	196

7.	Outros instrumentos normativos .....	198
7.1.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.....	199
7.2.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher .....	203
7.3.	Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes .....	207
7.4.	Convenção sobre os direitos da criança .....	216
7.5.	Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência .....	221
7.6.	Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas .....	226
7.7.	Declaração de princípios de tolerância .....	227
7.8.	Declaração do Milênio das Nações Unidas.....	228
7.9.	Proteção Internacional dos Refugiados. Direito internacional dos direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados .....	230
7.10.	Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.....	239
7.11.	Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.....	242
8.	A Corte Internacional de Justiça .....	244
9.	O Tribunal Penal Internacional (TPI).....	245
9.1.	O que é o Tribunal Penal Internacional .....	245
9.2.	Precedentes históricos. Nuremberg, Tóquio, ex-Iugoslávia e Ruanda .....	247
9.3.	Entrada em vigor do Estatuto do TPI .....	248
9.4.	Adesão do Brasil ao Estatuto do TPI.....	249
9.5.	Jurisdição sobre os indivíduos. Exclusão de jurisdição sobre menores de 18 anos .....	249
9.6.	Complementaridade da Jurisdição do TPI .....	249
9.7.	Crimes abrangidos pela jurisdição do TPI. Imprescritibilidade dos crimes.....	251
9.8.	Competência <i>ratione temporis</i> .....	258
9.9.	A irrelevância da função oficial exercida pelo Réu.....	259
9.10.	Penas previstas .....	259
9.11.	Conflito com o Direito interno dos Estados.....	259
9.12.	A situação do Brasil.....	260
9.13.	O primeiro caso julgado pelo TPI.....	262
10.	Os procedimentos especiais previstos nas Resoluções 1235 e 1503 do Conselho Econômico e Social .....	263
<b>Capítulo 5 ► SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS .....</b>		<b>265</b>
1.	A OEA. Carta da OEA de 1948.....	265
2.	Declaração Americana dos Direitos e Deveres Humanos .....	265
3.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos ( <i>Pacto de San José da Costa Rica</i> ) .....	266
3.1.	Direitos reconhecidos .....	267
3.1.1.	Direito à vida e pena de morte .....	270
3.1.2.	Direito à integridade pessoal .....	274

3.1.3.	Trabalho forçado .....	274
3.1.4.	Direito à liberdade pessoal .....	276
3.1.5.	Garantias judiciais .....	277
3.2.	Aplicação Imediata .....	278
3.3.	Suspensão de garantias .....	278
3.4.	Cláusula federal .....	279
3.5.	Fiscalização ( <i>meios da proteção</i> ).....	280
4.	Protocolo de San Salvador .....	281
4.1.	Direitos Reconhecidos .....	282
4.2.	Aplicação progressiva .....	283
4.3.	Meios de proteção.....	284
5.	Outros Instrumentos Normativos.....	285
5.1.	Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura.....	286
5.2.	Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher .....	290
5.3.	Convenção Interamericana sobre desaparecimento forçado de pessoas.....	295
5.4.	Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.....	296
5.5.	Convenção dos direitos das pessoas idosas .....	297
5.6.	Convenção interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.....	299
6.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	306
6.1.	Organização .....	306
6.2.	Funções.....	307
6.3.	Competência (petições individuais e comunicações interestatais).....	308
6.3.1.	Requisitos de admissibilidade das petições e comunicações .....	312
6.3.2.	Inadmissibilidade das petições e comunicações.....	314
6.4.	O processo na Comissão .....	315
6.5.	Medidas cautelares .....	316
6.6.	Casos de solução amistosa .....	317
6.6.1.	Caso José Pereira .....	317
6.6.2.	Caso Meninos Emascarados do Maranhão.....	319
6.6.3.	Caso Márcio Lapoente da Silveira.....	321
6.6.4.	Caso Fazenda Ubá .....	322
6.6.5.	Caso José Dutra da Costa .....	323
6.7.	Casos sem solução amistosa que não foram submetidos à Corte. O caso Maria da Penha.....	326
7.	Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	331
7.1.	Composição .....	331
7.2.	Ausência de impedimento pela nacionalidade. Direito a ter um juiz da própria nacionalidade participando do julgamento do caso .....	334

7.3. Quórum de deliberação .....	334
7.4. Competência da Corte.....	334
7.4.1. Competência contenciosa.....	335
7.4.2. Competência consultiva.....	335
7.4.3. Natureza facultativa da competência da Corte. Cláusula <i>ratione temporis</i> .....	339
7.5. Legitimidade para submeter casos à Corte. Participação obrigatória da Comissão. A questão da legitimidade dos indivíduos .....	341
7.6. Defensores Públicos Interamericanos.....	345
7.7. O processo na Corte.....	347
7.8. As <i>medidas provisórias</i> adotadas pela Corte .....	348
7.9. A decisão final.....	350
7.10. Cumprimento das decisões da Corte. Execução das indenizações compensatórias. Desnecessidade de homologação por Tribunal brasileiro.....	352
7.11. Casos julgados pela Corte envolvendo o Brasil .....	354
7.11.1. Caso Ximenes Lopes, sentença de 4 de julho de 2006.....	354
7.11.2. Caso Nogueira de Carvalho, sentença de 28 de novembro de 2006 .....	358
7.11.3. Caso Escher, sentença de 6 de julho de 2009.....	358
7.11.4. Caso Garibaldi, sentença de 23 de setembro de 2009 .....	359
7.11.5. Caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia), sentença de 24 de novembro de 2010.....	359
7.11.6. Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde .....	364
7.11.7. Caso Cosme Rosa Genoveva ou Caso Favela Nova Brasília .....	368
7.11.8. Caso Povo Indígena Xucuru.....	378
7.11.9. Caso Vladimir Herzog e outros.....	383
7.11.10. Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares .....	389
7.11.11. Caso Barbosa de Souza e outros .....	393
7.11.12. Caso Gabriel Sales Pimenta .....	395
7.11.13. Caso Tavares Pereira .....	399
7.11.14. Caso José Airton Honorato e outros (Castelinho).....	404
7.11.15. Caso Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira .....	412
7.11.16. Caso Manoel Luiz da Silva .....	418
7.11.17. Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara .....	421
7.11.18. Caso Cristiane Leite de Souza e outros (mães de Acari) .....	427
7.11.19. Caso Collen Leite ( <i>Bacuri</i> ).....	431
7.11.20. Caso Muniz da Silva.....	432
7.11.21. Caso Hernández Norambuena.....	436
7.11.22. Caso Luiza Melinho .....	438
7.11.23. Caso Cley Mendes.....	441
7.11.24. Caso Mães de Cabo Frio.....	444
7.11.25. Caso Edivaldo Barbosa de Andrade e outros.....	448

7.12.	Precedentes temáticos da Corte.....	450
7.12.1.	Obrigação de adotar medidas de direito interno .....	450
7.12.2.	Controle de convencionalidade .....	451
7.12.3.	Interseccionalidade. Caso “Gonzales Lluy e outros vs. Equador” .....	452
7.12.4.	Direito � vida .....	455
7.12.4.1.	O que significa concepção, para fins de proteção da convenção Americana de direitos humanos? Caso “Artavia Murillo e outros (Fertilização <i>in Vitro</i> ) vs. Costa Rica” .....	455
7.12.4.2.	Pena de morte. Ampliação dos casos na legislação nacional. Opinião Consultiva n. 3.....	458
7.12.5.	Direito � verdade .....	459
7.12.6.	Identidade de g�nero e orientação sexual .....	460
7.12.6.1.	Opinião Consultiva n. 24.....	461
7.12.6.2.	Caso “Azul Rojas Marín e outra vs. Perú” .....	463
7.12.6.3.	Caso “Atala Riffo vs. Chile”.....	464
7.12.6.4.	Caso “Pavez Pavez vs. Chile”.....	465
7.12.7.	Liberdade de expressão. Caso “Trist�n Donoso vs. Panamá” .....	467
7.12.8.	Meio ambiente. Opinião Consultiva n. 23.....	469
7.12.9.	Asilo. Opinião Consultiva n. 25 .....	471
7.12.10.	�ndios. Direito às suas terras. Caso comunidade indígena X�kmoK K�sek vs. Paraguai .....	473
7.12.11.	Reincidência. Caso Fermin Ramirez vs. Guatemala .....	476
7.12.12.	Inviolabilidade de domicílio. Caso Valencia Campos e outros vs. Bolívia ...	478
7.12.13.	Titularidade de direitos humanos por pessoa jurídica. Opinião Consultiva 22 .....	480
8.	Leis de anistia e o dever dos Estados de investigar, julgar e punir.....	483
8.1.	Considerações iniciais. Distinção entre anistia, graça e indulto.....	483
8.2.	Autoanistia e anistia bilateral.....	484
8.3.	A lei de anistia brasileira e a decisão do STF na ADPF 153.....	484
8.4.	O dever de investigar e a anistia na visão dos órgãos internacionais .....	487
8.5.	O que deve prevalecer: a decisão do STF ou a decisão da Corte Interamericana? A percepção de que os Tribunais nacionais não d�o mais “a última palavra” em matéria de direitos humanos .....	493
<b>Capítulo 6</b>	<b>� OUTROS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>495</b>
1.	Sistema Europeu de Direitos Humanos .....	495
1.1.	Considerações iniciais. Sistema europeu, Conselho da Europa e União Europeia .....	495
1.2.	O Conselho da Europa.....	496
1.3.	A Comissão de Veneza .....	496
1.4.	A Convenção Europeia de Direitos Humanos .....	497
1.5.	Direitos sociais no sistema europeu. A Carta Social Europeia.....	498
1.6.	O Tribunal Europeu de Direitos Humanos .....	500
1.7.	Precedentes temáticos do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	502
1.7.1.	Liberdade de expressão e negação do holocausto. Caso Udo Past�rs vs. Alemanha .....	502

1.7.2.	Liberdade de expressão e apologia contra homossexuais. Caso Vedjeland vs. Suécia .....	503
1.7.3.	Liberdade de expressão artística x Liberdade religiosa – Caso Wíngrove vs. Reino Unido, 1996 .....	503
1.7.4.	Discriminação racial e liberdade de imprensa. Caso Jersild vs. Dinamarca, 1994 .....	505
1.7.5.	Pluralismo político e perseguição política. Caso Navalny vs. Rússia .....	507
1.8.	Direitos Humanos na União Europeia .....	508
1.8.1.	Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia .....	509
1.8.2.	Pilar Europeu dos Direitos Sociais .....	509
1.8.3.	Precedente temático da Corte de Justiça da União Europeia. Direito ao esquecimento. Caso Google Spain vs. AEPD e Mario Costeja González .....	511
2.	Sistema Africano de Direitos Humanos .....	513
2.1.	A União Africana e a antiga Organização da Unidade Africana .....	513
2.2.	A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos .....	513
2.3.	A Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos .....	513
2.4.	O Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos .....	513
2.5.	O mecanismo de revisão pelos pares (MARP) .....	514
3.	Direitos humanos na Ásia .....	515
4.	Direitos humanos no Mercosul .....	516
4.1.	Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul .....	516
4.2.	Declaração Sociolaboral do Mercosul .....	517
4.3.	Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul .....	518
<b>Capítulo 7 ▶ A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA E ALGUNS DIREITOS HUMANOS .....</b>		<b>521</b>
1.	Direitos políticos .....	521
1.1.	Sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular .....	521
1.2.	Alistamento eleitoral e capacidade eleitoral ativa .....	523
1.3.	Condições de elegibilidade .....	524
1.4.	Inelegibilidades .....	524
1.5.	Cassação, perda e suspensão de direitos políticos .....	526
1.6.	Anterioridade da lei que alterar o processo eleitoral .....	527
2.	Direito à saúde .....	528
3.	Assistência social .....	531
3.1.	A garantia de um salário mínimo de benefício mensal .....	534
4.	Portadores de transtornos mentais .....	536
4.1.	Considerações iniciais .....	536
4.2.	Direitos reconhecidos .....	536
4.3.	Responsabilidade do Estado com os portadores de transtornos mentais .....	537
4.4.	Internação psiquiátrica da pessoa portadora de transtorno mental .....	537
4.5.	Pesquisas científicas com pessoas portadoras de transtornos mentais .....	541
5.	Pessoas com deficiência .....	541
6.	Igualdade racial .....	548

6.1. Considerações iniciais.....	548
6.2. Conceitos operacionais.....	549
6.3. Diretrizes da participação da população negra.....	551
6.4. Os direitos fundamentais da população negra.....	552
6.5. Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial (SINAPIR).....	555
6.6. Discriminação étnica, fiscalização e acesso à justiça.....	556
7. Programa Nacional de Direitos Humanos.....	556
7.1. Considerações iniciais.....	556
7.2. Eixos orientadores e diretrizes.....	557
7.3. Prazo de implementação das medidas do PNDH 3.....	562
7.4. Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH 3.....	562
8. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e Conselho Nacional dos Direitos Humanos.....	563
9. O Ministério Público e a defesa dos direitos humanos.....	568
10. A Defensoria Pública e a defesa dos direitos humanos.....	569
10.1. Missão constitucional da Defensoria Pública.....	569
10.2. Princípios institucionais da Defensoria Pública.....	571
10.3. Defensorias Públicas previstas na Constituição.....	572
10.4. Autonomia das Defensorias Públicas.....	573
10.5. Organização das Defensorias Públicas.....	574
10.6. Garantias dos Defensores Públicos.....	575
10.7. Defensores Públicos Interamericanos.....	576
10.8. Defensoria Pública e Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.....	576
11. Comissão nacional da verdade.....	577
12. Proteção da pessoa idosa.....	584
13. População em situação de rua.....	590
14. Identidade de gênero e orientação sexual. pessoas LGBTQIAPN+.....	599
<b>Capítulo 8 ▶ ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>605</b>
1. Acesso à justiça como um direito humano e fundamental.....	605
2. Acesso à justiça e assistência jurídica.....	606
3. Acesso à justiça em sentido formal e em sentido material.....	607
4. Acesso à justiça por Mauro Cappelletti E Bryant Garth.....	608
4.1. As três ordens de obstáculos.....	608
4.2. As três ondas de soluções práticas.....	609
5. Acesso à justiça por pessoas pobres e defensoria pública. as resoluções da OEA.....	610
6. Assistência jurídica gratuita a pessoas pobres. um serviço público não exclusivo do Estado, que não é atribuição exclusiva da Defensoria Pública.....	612
7. Possibilidade constitucional de os municípios instituírem serviço público de assistência jurídica gratuita em favor de pessoas pobres.....	614
<b>Palavras finais ▶ UM CONVITE MUITO ESPECIAL DO AUTOR.....</b>	<b>619</b>